

OUTRAS ATRIBUIÇÕES DE SENTIDO ACERCA DO GOLPE-CIVIL MILITAR DE 1964 E A DITADURA MILITAR (1964-1985): CONTRADIÇÕES E RAZÕES DO PRAGMATISMO INTERIORANO

Daniel Lucas de Jesus Oliveira¹
Túlio Fernando Mendanha de Oliveira²
Matheus Santiago Rodrigues de Sousa³

RESUMO

A presente discussão tem como objetivo basilar o esforço para discutirmos as várias formas de manifestações e processos de materialização da dinâmica da ditadura civil-militar (1964-1985) no âmbito do que se entende como cidades do interior. Em vista da necessidade de pensarmos a produção historiográfica sobre o tema, de modo a descentralizar a ênfase das abordagens e dessacralizar narrativas homogeneizantes acerca do período, mobilizamos conclusões de investigação empírica acerca da historicidade de uma comunidade que experienciou múltiplas expressões daquela realidade histórica. Trata-se da Vila 31 de Março em Inhumas-GO e seus eventos comemorativos que remetem à tradição de exaltação e homenagem ao Golpe de 1964. Este espaço materializou-se, na arquitetura, na tradição e discursos, as expectativas conservadoras dos grupos dominantes na região que se simpatizavam com o Golpe e seus desdobramentos em vista da prevalência de seus interesses. Buscamos ampliar as discussões acerca da relação entre Golpe Civil-Militar de 1964, a ditadura, e a comunidade da Vila 31 de Março e seus eventos ritualísticos. Por fim, estabelecemos reflexões entre a realidade dessa comunidade e as orientações da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Palavras-chave: Golpe de Estado; Tradição; Interior; Ditadura Civil-Militar.

OTHER ATTRIBUTIONS OF MEANING ABOUT THE MILITARY COUP OF 1964 AND THE MILITARY DICTATORSHIP (1964-1985): CONTRADICTIONS AND REASONS FOR PRAGMATISM IN THE INTERIOR

ABSTRACT

The present discussion aims to base the effort to discuss the various forms of manifestations and processes of materialization of the dynamics of the civil-military dictatorship (1964-1985) within the scope of what is understood as interior cities. In view of the need to think about the historiographical production on the subject, in order to decentralize the emphasis of the approaches and desacralize homogenizing narratives about the period, we mobilized empirical research conclusions about the historicity of a community that experienced multiple expressions of that historical reality. It is the Vila 31 de Março in Inhumas-GO and its commemorative events that refer to the tradition of exaltation and tribute to the 1964 Coup. This space materialized, in architecture, tradition and discourses, the conservative expectations of the dominant groups in the region that sympathized with the Coup and its developments in view of the prevalence of their interests. We seek to broaden the discussions about the relationship between the Civil-Military Coup of 1964, the dictatorship, and the community of Vila 31 de Março and its ritualistic events. Finally, we established reflections between the reality of this community and the guidelines of the National Truth Commission (CNV).

Keywords: Coup d'état; Tradition; Interior; Civil-Military Dictatorship.

Recebido em 21 de novembro de 2024. Aprovado em 20 de novembro de 2024

¹ Graduado, Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás. Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás. daniellucashist@gmail.com

² Licenciado em História, Mestre e Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás. Professor da Uniaraguaia. tuliofmandanha@hotmail.com

³ Graduado em História pela Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (FH/UFG). Atualmente, é professor na rede privada de ensino. Foi Coordenador Pedagógico do Projeto Recompôr para Avançar da Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC) e do Instituto Alicerce.. santiagohist.ufg@gmail.com

INTRODUÇÃO

“Nossa cidade é muito grande e tão pequena, tão distante do horizonte do país. Nossa cidade é tão pequena e tão ingênua. Estamos longe demais das capitais”.

Longe demais das capitais – Engenheiros do Hawaii.

O presente estudo foi produzido por três historiadores que residem numa mesma cidade tipicamente interiorana de Goiás. Relativamente jovens, não vivenciamos diretamente a experiência ditatorial brasileira em 1964-1985. Contudo, como tantos outros jovens brasileiros, estamos vulneráveis às condições que reverberam, no presente, desdobramentos políticos, econômicos e sociais como heranças da ditadura. Na condição de estudantes, professores e pesquisadores de e em História, as experiências e eventos desse período apeteçam aos três.

Desse modo, inspirados pela proposta do dossiê, *Há 60 anos de 1964: outras abordagens, objetos e experiências*, o esforço foi de refletir sobre o que os organizadores objetivam discutir acerca da “atuação de elites políticas, econômicas e culturais, tanto agrárias quanto urbanas, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, na articulação e sustentação do golpe de 1964 e da ditadura militar”. Assim sendo, acordamos ser pertinente destacar, na íntegra, o argumento dos proponentes do dossiê sobre o tema, abordagem, perfil das contribuições e justificativas dos trabalhos. Segundo consta na proposta, busca-se justificar tal recorte com base na

[...] necessidade de dinamizar e pluralizar as discussões sobre o Golpe de 1964 e sobre a ditadura militar, combatendo narrativas hegemônicas e aproximando objetos e correntes de interpretação das várias regiões e instituições do país. Num contexto em que vivenciamos o refluxo conservador, marcado pela ascensão de extremas direitas que recuperam uma memória positiva sobre a atuação de militares e estimulam a celebração dos golpes e ditaduras na América Latina, é crucial promover o debate crítico sobre os mais diversos sujeitos, lugares e experiências sobre esse passado histórico.

Como estratégia de fundamentação das discussões, mobilizamos uma investigação teórico-empírica sobre algumas experiências da ditadura no interior de Goiás, especificamente na cidade de Inhumas-GO. Trata-se da dissertação de mestrado intitulada *O silenciamento de elementos do passado na estrutura da consciência histórica - o caso da Vila 31 de Março em Inhumas-GO e seus eventos “ritualísticos”*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Goiás, em 2017⁴. Essa pesquisa teve como objeto de estudo a historicidade e a memória de um bairro da cidade que recebeu o nome de Vila 31 de Março, local cuja instituição escolar da região ostenta o nome de Colégio Estadual Presidente Castelo Branco.

A princípio, o interesse pelo estudo foi motivado pela observação dos eventos tradicionais organizados por esta comunidade, fato que tornou a Vila 31 de Março um bairro peculiar no referido município, que comemorava anualmente a fatídica data com alvorada de fogos de artifício e vários outros eventos. Entretanto, a estratégia de homenagem por si só não explica o tradicionalismo da Vila 31 de Março. Nesse ditame, estudantes da cidade questionavam se os moradores daquela localidade celebravam a data do Golpe-Civil Militar de 1964. Portanto, foi preciso considerarmos outros elementos que perpassam, misturam-se, ressignificam e entram em tensão com a historicidade do bairro e a história e memória da ditadura. Nesse sentido, os desdobramentos do conservadorismo inaugural da comunidade fomentaram sentimento de unidade.

⁴ Em respeito à discrição para avaliação, as citações referentes à pesquisa serão identificadas como: AUTOR. Posteriormente, faremos as devidas adequações.

Com a conclusão da investigação, que aplicou questionários, reuniu e analisou fontes, além de realizar entrevistas, concluímos que há consciência histórica dos moradores desse bairro que apresenta uma multiplicidade de interpretações e atribuições de sentido sobre um mesmo evento. Foram observadas expressões de negação, silenciamento, esquecimento e ressignificação de elementos do passado, a depender das condições materiais de existência e subjetividades políticas de cada narrador.

Ademais, a investigação apontou que os idealizadores do bairro, e que o batizaram como analogia ao 31 de março, eram fundamentalmente indivíduos que compunham a elite dominante local. Nisso, consideram-se latifundiários com mando político, além da imprensa local e demais sujeitos que compactuavam com a natureza do autoritarismo. Portanto, o ato de nomeação foi feito de forma ideologicamente consciente. Por outro lado, a investigação também apontou que, majoritariamente, os moradores não estabelecem uma relação temporal entre o advento do Golpe Civil-Militar de 1964, a ditadura, e a fundação da Vila 31 de Março, o Colégio Castelo Branco e as comemorações tradicionais da comunidade. Entretanto, outros, mesmo que poucos, realizaram essa aproximação com clara consciência dos fatos e seus desdobramentos, porém, de modo a romantizar e idealizar o período a partir da influência do “mito do progresso”, do “milagre econômico”, da sensação de segurança e da predominância da moral conservadora.

A partir desses apontamentos, acordamos em não apenas apresentar algumas conclusões da referida investigação, mas também contextualizá-las no bojo da proposta do dossiê. Semelhantemente, estabelecemos reflexões em relação às recentes experiências na comunidade da Vila 31 de Março. Para isso, estruturamos este texto em três seções. Na primeira, inspirados por canções e obras cinematográficas, esforçamo-nos para oferecer ao leitor uma ilustração do olhar a partir do que se entende popular e geograficamente como “regiões do interior”, em relação a eventos de natureza macroestrutural. Ainda buscamos apresentar, de forma breve, a realidade histórica da cidade de Inhumas. Na segunda seção, apresentamos e discutimos o caso da Vila 31 de Março e do Colégio Estadual Presidente Castelo Branco. Nesse ínterim, exploramos algumas narrativas de moradores no intuito de compreendermos subjetividades políticas a respeito dos eventos destacados. Por fim, mediante um caso concreto, estabelecemos uma reflexão a partir das prerrogativas e orientações da Comissão Nacional da Verdade (CNV) acerca do direito de memória. Dito isso, compreendemos que este estudo seja uma reflexão sobre as tensões entre história e memória a partir do ponto de vista interiorano.

O movimento cotidiano das cidades do interior: longe demais das capitais

A título de ilustração e horizonte estético, a discussão que se seguiu considerou duas expressões de imagem e de som. A primeira diz respeito ao trecho usado como epígrafe acima, que se trata de uma canção da banda gaúcha Engenheiros do Hawaii, semelhantemente, o drama de longa-metragem alemão estrelado em 1990, *Das schreckliche Mädchen*, do diretor Michael Verhoven, traduzido para o nosso idioma como: *Cidade sem passado*.

A respeito da primeira expressão, consideramos a dimensão histórica presente nos trabalhos do grupo musical com ênfase na referida canção: “Longe demais das capitais”. Diante do ensejo, destacamos que, dentre outras muitas abordagens, a “obra dos Engenheiros” foi tema de pesquisa da área de História Social, de autoria de Gisele da Silva Souza, e intitulada: “*Somos quem podemos ser*”: *Engenheiros do Hawaii – Jovens, rock, sensibilidades e experiências urbanas (1985-2003)*. Nesse trabalho, a autora discute a sensibilidade e a sentimentalidade da experiência urbana dos jovens da década de 1980. Desse modo, buscamos provocar a imagem, até mesmo romântica, do cotidiano das cidades interioranas.

Sem intencionar estabelecer uma relação detida entre os modos de vida das grandes cidades e o movimento cotidiano das regiões abastadas, interessa-nos apenas salutar que, para nós, os ritmos, as cores, a arquitetura, ruas, praças e formas de comunicação e relações ostentam

gradações substancialmente distintas entre os dois espaços. Contudo, temos consciência de que, com a difusão da internet, de tantas outras formas de tecnologia, do desenvolvimento dos transportes, da integração e da conturbação, pequenos núcleos municipais estão cada vez mais em contato com a rotina das grandes capitais brasileiras. Porém, tradições e memórias ainda persistem no interior, mantendo-nos “longe demais das capitais”.

De outro modo, ainda podemos problematizar essa realidade evocando, com o objetivo de reflexão, o enredo do filme *Cidade sem passado*, um drama que aborda dimensões das relações dos alemães com sua cultura histórica, sobretudo, as tensões com a memória e a inconveniência do nazismo. Em síntese, a trama gira em torno da personagem Sonja (Lena Stolze), estudante de uma cidade no interior da Alemanha, Pfilzing (região fictícia da Alemanha onde Sonja também reside). A jovem fora desafiada por sua professora para participar de um concurso em sua escola no qual produziria uma redação com o seguinte tema: "Minha Escola no Terceiro *Reich*", empreendimento em que se sagrou vencedora.

Doravante, a personagem é novamente provocada com outro tema: “Liberdade de expressão na Europa ou minha cidade natal durante o III *Reich*”. Sonja, jovem da geração imediata pós-holocausto, entra em conflito diante de uma crise de sentido e orientação acerca da experiência do nazismo em sua cidade.

Nesse ditame, à medida que a personagem busca produzir condições históricas que pudessem dar cabo das carências de sentido sobre o tema, ela vai se deparando com a ausência de fontes que remetem ao problema, como também do enfrentamento e tensões com alguns indivíduos aparentemente desconfortáveis com o empreendimento.

A razão desses conflitos tem como pressuposto o fato de que a comunidade, instituições e personagens haviam sido preponderantemente importantes para a ascensão de Hitler ao poder e, por conseguinte, os desdobramentos do nazismo, o que inclui a existência de campos de concentração nos arredores de Pfilzing, inclusive com a participação de membros da igreja no episódio. Ou seja, o prefeito, o padre, o dono da padaria da esquina, a senhora bibliotecária, dentre outros sujeitos, haviam colaborado com o advento do Nacional Socialismo, sendo que esses personagens também atuaram na delação e julgamento dos judeus que por ali estavam.

Contudo, como quase toda experiência traumática, o passado foi silenciado de modo a ser negado.

Gomes (2010) ao analisar a obra, observou que:

Além dos moradores da cidade de Pfilzing, algumas instituições sociais mostradas no filme desempenham papéis importantes para a manutenção do silêncio. O Estado (na figura das autoridades locais) aparece enquanto instrumento de controle da memória coletiva e para isso tem o apoio da igreja, da escola e das famílias, corroborando a ideia de que a memória coletiva, além de uma conquista das sociedades, é também um instrumento que confere poder. Na tentativa de impedir que o passado vergonhoso venha à tona, os moradores de Pfilzing não compactuam com as ideias da pesquisadora, que passa a ser hostilizada pelos compatriotas sob acusações de ser espiã, comunista e judia⁵.

Todavia, cabe destacar que estamos cientes de que uma comparação entre os fatos representados na obra cinematográfica com a experiência histórica do município de Inhumas-GO, durante o período ditatorial 1964-1985, não faz sentido, a não ser por analogia. Felizmente, não experienciamos diretamente a dinâmica do nazifascismo.

Contudo, essas ilustrações são mobilizadas em vista das seguintes sentenças. Seguindo um trecho da canção citada “Nossa cidade é muito grande e tão pequena, tão distante do horizonte do país”. Nossa cidade é pequena em extensão territorial, porém, extensa em

⁵ Disponível em: <http://www.mnemocine.com.br/index.php/cinema-categoria/20-critica/42-historia-memoria-e-silencio-no-filme-uma-cidade-sem-passado>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2024.

experiência histórica (silenciada, esquecida e ressignificada). A nossa acepção é de que, em relação aos grandes centros urbanos, uma cidade nessas condições assimila uma intensidade distinta, um evento de proporções nacionais, neste caso, a ditadura militar. Doravante, em nossa cidade, o simbolismo referente à apreensão das ideias em contexto nacional nos faz lembrar que, no contexto de 1964, estávamos “longe demais das capitais”. Nessas condições, a cidade, suas instituições e comunidade estariam eximidas de críticas ao se comportar de um modo ou de outro em relação a esse mesmo evento e absolvida pela sua ingenuidade?

Sobre a primeira sentença, acordamos que sim. Cidades interioranas, por múltiplas determinações referentes ao espectro cultural formativo e maneiras muito específicas de lidar com as categorias de história, memória e transformações sociais, acabam por experimentar fenômenos sociais abrangentes com intensidades distintas dos grandes centros urbanos. Ainda sobre o evento em questão, é necessário lembrarmos que, nas décadas do ocorrido, os modos de socialização inerentes às infovias e internet não existiam. Entretanto, discordamos quanto à ingenuidade da cidade, ou de parte dela, acerca da natureza e caráter dos eventos. Parece mais razoável apontar que, no caso de Inhumas, os eventos ritualísticos referentes à ditadura militar permaneceram, sendo continuamente performatizados por uma espécie de tradicionalismo político, conservador, permeado pelos poderes de sujeitos influentes que manobram habilmente a categoria tradição como uso nacionalista do termo (Hobsbawm, 1997), influência essa que acabou se estendendo à comunidade em forma de benefícios “concretos” de um progresso onde os ditames ideológicos em termos críticos acabaram sendo subsumidos diante dos eventos festivos ritualísticos. Nesse sentido, a partir dos fatos ocorridos, entendemos que experiências traumáticas, temas sensíveis e de difícil trato, desenrolam-se com interpelação de questões ligadas à história, memória e esquecimento.

Vila 31 de Março e Colégio Castelo Branco: a materialização do discurso conservador em Inhumas-GO

Como ponto de partida para as próximas discussões, orientamo-nos a partir das seguintes questões: por quais razões há, numa cidade do interior de Goiás, um bairro com o nome de Vila 31 de Março? Também, quais as motivações pelas quais a escola desse mesmo bairro foi batizada de Escola Estadual Presidente Castelo Branco. Para isso, a exemplo da investigação empírica na qual orientamos esta discussão, acordamos que é preciso retomarmos alguns aspectos da história política, econômica e social da cidade de Inhumas-GO a partir da sua fundação.

Inhumas é uma cidade localizada às margens da GO-070, numa distância de 45 km da capital do estado, Goiânia. É, pois, um município tipicamente interiorano, tradicionalmente conhecido por “Goiabeira”, pois ostentava um grande goiabal que, junto com a ave típica da região, *inhuma* (dentre suas variações do tupi, significa “pássaro preto gritador”), os quais são dois elementos que simbolizam e batizam a cidade. Através da literatura, entendemos que ela fora fundada no contexto da Revolução de 1930 e, como quase todos os municípios próximos, apresentava a prática da agropecuária como sua principal atividade econômica.

Assim sendo, concommitante ao processo de fundação e consolidação do município, importa-nos pensar a consolidação das estruturas políticas, econômicas e sociais da região:

[...] desde a fundação da cidade até os dias de hoje reconhece-se a influência de grupos e famílias tradicionais que apresentam, em suas atuações políticas e sociais, aspectos que nos remetem aos costumes de teor “coronelistas”, legitimados pela posse da terra e por posições políticas (autor, 2017, p. 47).

Entretanto, para Carvalho (1997), práticas de caráter coronelista são expressões que perpassam e se encerraram durante a Primeira República (1889 – 1930).

Na medida em que o clientelismo pode mudar de parceiros, ele pode aumentar e diminuir ao longo da história, em vez de percorrer uma trajetória

sistematicamente decrescente como o mandonismo. Os autores que veem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do país estão falando simplesmente de clientelismo. As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumenta com o decréscimo do mandonismo. À medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística (Carvalho, 1997, p.134-135).

Tais apontamentos são fundamentais para compreendermos as razões pelas quais a Vila 31 de Março foi assim chamada, pois entendemos que são elementos de ordem socioantropológica e que expressam formas de comportamento, modos de vida e interesses concretos dos grupos predominantes na região durante o período.

Doravante, autor (2017) destaca que o bairro em questão (construído a partir de um programa de conjunto habitacional, próximo ao que se conhece por COHAB) foi inaugurado no dia 31 de março de 1968. Entretanto, o autor ressalta que as chaves das moradias só foram entregues aos futuros moradores no mês de dezembro de 1968. Desse modo, a questão a ser problematizada era se a escolha da data de inauguração, assim como o nome do bairro, o que poderia ter sido uma ação previamente articulada. Assim, a partir do levantamento e análise de um conjunto de fontes, a pesquisa confirmou a intencionalidade dos agentes envolvidos no empreendimento.

Sobre essa questão, no contexto de fundação do bairro, o principal veículo de comunicação da imprensa local noticiava:

Vila 31 de Março exalta a memória de Castelo Branco. Conforme informação chegada ao conhecimento da reportagem, no corrente mês de dezembro, estará concluída e em condições de ser habitada a Vila 31 de Março da CHEGO. O núcleo habitacional foi construído pelas firmas Sanarte e Irecil, ganhadoras da concorrência pública para edificação da obra. A vil, como se sabe, é constituída de 216 residências de padrão F1, F2 e F3, dotadas de conforto e higiene para uma família modesta (autor, 2017, p. 60).

Em síntese, a tese é de que, nesse processo, os grupos dominantes da região materializaram suas predileções políticas, evidenciando que a escolha da data foi pensada a partir da posição ideológica de sujeitos simpáticos ao Golpe de 1964 e seus desdobramentos.

Ao referido grupo dominante, esse se trata de sujeitos economicamente notórios por possuírem quantidade considerável de terra. Posse que também lhes garantia possibilidades de ascensão política - ruralistas que também ostentavam mando político. Com o advento do Golpe de 1964, boa parte desses sujeitos políticos se alinhou à Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Contudo, o mando local permeava o bipartidarismo de forma que a União Democrática Nacional (UDN) também abrigava tais interesses. Ou seja, mesmo sendo um partido de oposição moderada, no caso do referido município, comportavam-se interesses elitistas de modo a apaziguar quaisquer contradições.

A literatura local também nos apresenta um cenário representativo da dimensão das relações de poder no município na época.

Para a Prefeitura de Inhumas, o PSD lançou Nelito Brandão e a UDN lançou Alcântara Marques Palmeira que, por razões políticas havia, dado um sonoro tapa na cara do delegado de polícia de Inhumas, um tal major Braz. Esse delegado, quando chegou à cidade, dizia que viera de encomenda para pôr arreio na turma da UDN. Não deu tempo, apanhou antes. Desmoralizado, teve que ir embora sem haver montado em ninguém (autor, 2017, p. 49).

É justamente sobre esse modo de atuação política e social que nos referimos aos sujeitos de mando no município, os mesmos que homenagearam e exaltaram o Golpe e a ditadura a partir da fundação da Vila 31 de Março. Não deixa de ser importante notar que o jornal *A Voz*, principal meio de comunicação da época e porta-voz do conservadorismo e interesses dos grupos dominantes locais, enfatizava elementos que compunham essa homenagem à ditadura de modo a exaltar o 31 de março como dia revolucionário.

[...] o sr. Presidente da República, fez um extenso pronunciamento, através de uma entrevista coletiva à imprensa nacional, ressaltando os benefícios prestados aos brasileiros pela Revolução vitoriosa de 31 de Março de 64, que veio a banir do poder os elementos corruptos e ligados ao comunismo internacional, que atiravam nossa pátria ao caos” (autor, 2017, p. 61).

Semelhantemente, nessa mesma estratégia, a imagem de Castello Branco foi intensamente exaltada.

Obrigado, Pai do Municipalismo! Graças ao plano traçado pelo falecido ex-Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, inúmeras famílias estão hoje diretamente beneficiadas pelo Banco Nacional de Habitação, inspiração do pranteado chefe do governo, que, numa feliz hora, lembrou da classe menos favorecida pela sorte, mandando que se construam casas para todos. Segue-lhe a meta, o atual Presidente Artur da Costa e Silva, pois o plano é bom. Somente em Inhumas, cidade situada no coração do Brasil, estão fincadas 216 casas, dentro deste arrojado empreendimento do governo federal. Não só por isto, mas pela unificação da Previdência Social, Imposto de Circulação de Mercadorias, pago religiosamente às Prefeituras brasileiras; Fundo de Participação dos Municípios e outras medidas básicas para a Nação brasileira, que nós dizemos: Obrigado Pai do Municipalism. (autor, 2017, p. 63).

Como ainda iremos discutir que, no início da década de 1970 foi construída uma escola na Vila 31 de Março e atribuído o nome de Colégio Estadual Presidente Castelo Branco, solidificando, assim, a arquitetura, a linguagem e os anseios conservadores das elites locais.

Todavia, em vista da tese de que a experiência da ditadura não foi homogênea, acordamos em apresentar o caso da cidade de Itauçu-GO, município que faz limite com Inhumas. Essa cidade apresentou um panorama distinto do que fora vivenciado em Inhumas durante os anos que precederam e sucederam o Golpe. Isso se deu pelo fato de que em Itauçu a realidade foi de conflito entre o movimento das Ligas Camponesas, intensamente reprimidas pela ditadura, fato que motivou a produção da dissertação de mestrado de Elizabeth Maria de Fátima Borges, intitulada, *Itauçu: sonhos, utopias, e frustrações no movimento camponês*.

Na investigação, Borges (2005) detalha que a luta pela posse da terra no município se deu à medida que a

[...] expulsão do trabalhador arrendatário para as cidades ou para o norte do Estado era o fenômeno mais marcante da região na década de 1950. Quando o capital acelerou sua expansão no município de Itauçu, os fazendeiros, entregaram num prazo de dois a três anos, entregavam suas terras de matas virgens para os arrendatários, cobrando altas taxas de arrendo, para que estes formassem áreas de cultura ou criação de gado. Ao final deste prazo, o fazendeiro ficava com a terra formada sem nenhum desperdício de capital e, a partir de então, passavam a gerenciar diretamente a produção, dispensando os arrendatários e meeiros. O município de Itauçu foi e continua sendo uma região de minifúndios onde, anteriormente, as lavouras de café eram formadas após a derrubada de matas com machadas e facão. Foi neste contexto que, em 1956, organizou-se, neste município, a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Itauçu, sob a orientação do Partido Comunista (Borges, 2005, p. 36).

Ainda segundo Borges (2005), com o advento do Golpe, o movimento de luta pela posse da terra tomou contornos dramáticos. Segundo a autora, foram empreendidas perseguições e prisões sumárias como, por exemplo, a cassação do mandato de um dos líderes do movimento.

Em Itauçu, vários trabalhadores rurais foram presos imediatamente após o golpe. Bailão conseguiu fugir, mas foi preso em São Paulo, anos depois. O medo tomou conta da cidade. As consequências para os trabalhadores rurais foram inúmeras: Bailão teve seu mandato de vereador cassado no dia 04 de abril de 1964, alegando ser ele comunista, antipatriota, hostil às instituições religiosas e democráticas da Nação Brasileira, uma ameaça para o povo itauçuense por ser um elemento pernicioso e subversivo. Assim, foi cassado o mandato de vereador de Sebastião Bailão. Ele fugiu de Itauçu para não ser preso, somente retornando a esta cidade em 2003. Bailão foi preso em 1971, permanecendo durante quatro anos no Cebaigo, cumprindo sua pena de dez anos, que foi reduzida por bom comportamento. Quando saiu, ficou um ano sem conseguir emprego. Os demais trabalhadores rurais envolvidos na organização, após suas prisões, sofreram muita discriminação da sociedade local, sendo taxados de “revolucionários e comunistas”. O pastor Vergílio Pentecoste entregou o trabalho de pastor, vendeu os seus bens e mudou para Itaguaru. Muitos mudaram, outros permaneceram (Borges, 2005, p. 57-58).

Esse processo foi sendo sistematizado à medida em que se constituía uma experiência traumática entre a população itauçuense. Mesmo com o passar dos anos, atualmente, a alusão, mesmo que descompromissada do termo comunismo ou correlativos, torna-se motivo de desconforto entre os moradores. Isso acontece pelo fato de que aqueles que lutavam pela posse da terra foram estigmatizados, denunciados e vigiados pelos seus vizinhos. Traumas e ressentimentos que reverberaram em tensões fazem parte de uma memória inconveniente entre os moradores dessa cidade (Borges, 2005).

Em síntese, a pesquisa evidenciou um quadro de silenciamento, de não dizer para esquecer.

O silêncio dos trabalhadores rurais durante todos estes quarenta anos e sua resistência a colaborar nas entrevistas relaciona-se às lembranças traumatizantes que muitos acreditam ser, ainda, comprometedoras. A sociedade itauçuense tentou ocultar, com o esquecimento, os fatos que acreditavam comprometer a sua imagem, ou seja, procurou ocultar aquilo que poderia revelar seus paradoxos, suas falhas, uma vez que o comunismo era visto como um mal a ser banido da sociedade. (Borges, 2005, p.58-59).

Ao estabelecermos um exercício de aproximação das experiências entre os dois municípios durante um mesmo período, alcançamos elementos que nos indicam uma realidade e intensidade substancialmente distintas entre duas regiões tão próximas. Nesse sentido,

[...] consideramos ser de suma importância debruçar-se sobre alguns aspectos deste caso, pois, uma vez que as práticas do regime militar reverberaram em intensidades distintas entre os municípios de Itauçu-GO e Inhumas-GO. A primeira perpassada por situações conflitantes e negativas devido às tensões entre distintos projetos políticos coexistentes naquela região. Enquanto a segunda, pode ser considerada, na época, mais inclinada à aceitação dos ideários do regime ditatorial, pelo menos ao que se alude às práticas e discursos das elites locais. O que podemos observar é o fato de que no município de Inhumas-GO as elites locais se esforçaram na difusão de propagandas políticas conservadoras e, acima de tudo, contrárias à reforma agrária. Elas, muitas vezes, exaltam e compactuam com as práticas autoritárias do golpe por meio da materialização dos seus ideais. Um exemplo disso são as homenagens ao regime centradas na vila 31 de Março (autor, 2017, p. 43).

Tais fatos são mobilizados no sentido de corroborar a assertiva de que Inhumas-GO, durante a ditadura militar, foi cenário de desenvolvimento urbano, materializado em obras

vultuosas. A nível nacional, o contexto precede, visto que o quadro econômico ficou conhecido como “milagre econômico”. Assim sendo, a expressão “Milagre Brasileiro” passou a ser usada como sinônimo do boom econômico observado desde 1968 - e como instrumento de propaganda do governo” (Prado; Earpe, 1996, p. 11). Neste ditame, enquanto em Itauçu ocorreram tensões ideológicas, em Inhumas, sobretudo as famílias que foram contempladas com moradias do programa habitacional da Vila 31 de Março experienciaram a sensação de progresso, fato que foi amplamente explorado pela mídia local (autor, 2017).

Portanto, diferentemente dos grandes centros urbanos, em Inhumas, a população esteve sob uma intensa exaltação propagandista do regime, observando também uma transformação econômica e social de determinados grupos, que, por conseguinte, os alçaram à consolidação do mando político e econômico na região.

Memória, história, silenciamento e ressignificação

No que tange à questão empírica, a pesquisa buscou acessar, por meio de narrativas produzidas pelos moradores, elementos que condicionassem as relações entre a fundação do bairro, as comemorações e o Golpe Civil-Militar de 1964 e ditadura militar. Nisso, foi constatado que, majoritariamente, a comunidade não estabeleceu relações de continuidade, descontinuidade e permanências entre os eventos. Contudo, houve casos em que as narrativas indicaram uma consciência histórica efetiva que se articula temporalmente a uma relação histórica entre os eventos. É sobre essas narrativas que nos debruçamos neste estudo.

Acordamos, então, em apresentar a aceção de um dos moradores que compreende a relação direta e positiva entre o empreendimento do bairro e o período ditatorial 1964-1985. É positivo no sentido de que, segundo ele, aquela realidade tenha sido um momento ímpar em sua vida.

Olha, se hoje fosse para eu escolher, eu escolheria o regime militar. Porque antigamente, naquela época tinha aquele toque de recolher e tudo, tinha repressão, mas, você andava com segurança na rua. Nós tínhamos segurança, hoje não temos segurança. Para você vê, hoje o meu muro é alto. Antigamente, naquela época, as cercas eram de tábuas, baixinhas (autor, 2017, p. 96).

É possível observar o arranjo da memória positiva do narrador na arquitetura, pois a menção à transformação da altura de seu muro é um esforço de natureza política. Alude a um tempo percorrido rumo à descontinuidade, tempo idealizado. Assim, entendemos que o “lugar” não se constitui apenas pela superposição de estruturas materiais, mas também por uma estrutura de sentido constituída a partir do discurso significado (autor 2017,).

De modo semelhante, o narrador segue estabelecendo uma relação entre passado e presente como forma de justificar sua predileção:

Oh, a gente vê, principalmente hoje, a política de hoje, a política brasileira. Eu estava vendo no *YouTube* esses dias, o João Figueiredo morreu pobre. O Brasil tinha distribuição de renda, mas era um regime, era um regime militar, mas, só que tinha respeito, a pessoa que era do bem, ele não era perseguido. Agora, hoje você vê o democrático, quem é que está preso? Quem era contra o regime militar. Quase todos os líderes daquela época estão presos. Agora a inflação, não tinha inflação. As casas eram construídas, casas boas como essas nossas aqui da Vila 31 e no país inteiro. A 31 de Março mesmo foi construída pelo regime militar. Foi o primeiro setor da cidade, nem no centro tinha rede de esgoto (autor, 2017, p. 97).

Numa leitura efetivada mais pelo fôlego do que pela empiria, seria possível apontar a aparente simpatia ideológica do narrador pelo período. Mas é preciso considerar a análise das múltiplas determinações que compõem a subjetividade do que foi narrado e que é elemento preponderante para a compreensão das tensões entre história e memória, de uma leitura memorativa de caráter homogeneizante e hegemônico.

Na história da ditadura, como sempre acontece, a coisa não foi linear, sucedendo-se conjunturas mais e menos favoráveis. Houve um momento de

apoio forte – entre 1969 e 1974. Paradoxalmente, os chamados “anos de chumbo”. Porque foram também, e ao mesmo tempo, a “anos de ouro” para não poucos. O Brasil festejou então a conquista do tricampeonato mundial em 1970 e os 150 anos da Independência em 1972. Quem se importava que as comemorações fossem regidas pela ditadura? (Reis, 2012, s. p.).

Nesse sentido,

[...] é injusto dizer- outro lugar comum- que o povo não tem memória. Ao contrário, a história atual está saturada de memória. Seletiva e conveniente, como quase toda memória. No exercício desta, absolve-se a sociedade de qualquer tipo de participação neste triste – e sinistro- processo. Apagam-se as pontes existentes entre esta ditadura e o passado próximo e distante, assim como os desdobramentos dela na atual democracia, emblematicamente traduzido na recente decisão do Supremo Tribunal Federal impedindo a revisão da Lei da Anistia. Varridos para debaixo do tapete os fundamentos sociais e históricos da construção da ditadura (Reis, 2012, s. p.).

No caso desse morador em específico, há a consciência de uma história da ditadura cuja significação transparece ter dissimulado a materialidade do evento. É um modo de rememoração, mas sem perder de vista que “determinadas formas de consciência histórica, por exemplo, tendem a excluir ou a incompatibilizar-se com o pensar historicamente segundo essa definição, o que não quer dizer que deixam de manejar alguma compreensão do que é tempo, de onde vem e para onde vai (Cerri, 2011, p. 62). É, pois, uma forma de conceber a vida no passado que

[...] está embebida demais em emoção, afetividade, uma vontade subjetiva de pertencer ao mesmo corpo político, uma disposição clara de suspender o juízo crítico, para guardar qualquer semelhança com a racionalidade da ciência histórica. Está muito mais próxima da memória, mas não se trata apenas de lembrar o vivido, e sim de lembrar o que não se viveu, uma unidade que não se experimentou a não ser na imaginação, e uma imaginação que se constitui com os elementos informacionais e retóricos oriundos da ciência histórica. Trata-se de uma celebração de memória histórica, ou de uma história nacional (Cerri, 2006, p. 10).

Com base nas conclusões deste estudo e, dimensionando a proposta do dossiê que objetiva refletir sobre experiências não hegemônicas e descentralizadas da ditadura, vislumbramos a pertinência de estabelecer reflexões com as demandas e orientações da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em relação a um evento concreto.

As orientações da Comissão Nacional da Verdade e os casos concretos de memória

A pesquisa que orientou este estudo buscou refletir sobre as prerrogativas da CNV em relação ao caso da Vila 31 de Março em Inhumas, Goiás. Essa comissão foi instalada a partir da sua aprovação pelo Congresso Nacional, através da Lei nº 12.528, sancionada por Dilma Rousseff em 18 de novembro de 2011.

Consta, no Capítulo I do relatório da criação da Comissão Nacional da Verdade (Volume I, p.20), que o argumento basilar de sua viabilidade e pertinência parte do princípio de que,

[...] a criação de uma Comissão Nacional da Verdade com o objetivo estratégico de promover a apuração e o esclarecimento público das graves violações de direitos humanos praticadas no Brasil no período fixado pelo artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal, em sintonia com uma das diretrizes constantes do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) publicado no final de 2009, responde a uma demanda histórica da sociedade brasileira. 35 Informações obtidas no Capítulo I sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade (Volume I, p.20). 101 [...] A criação da Comissão Nacional da

Verdade assegurará o resgate da memória e da verdade sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período anteriormente mencionado [1946-1988], contribuindo para o preenchimento das lacunas existentes na história de nosso país em relação a esse período e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento dos valores democráticos. (Brasil, 2011).

Ancorada no princípio de “direito de memória”, a CNV buscou concentrar esforços para investigar e esclarecer as circunstâncias “dos casos de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1964 e 1988, a partir de reivindicação dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, em compasso com demanda histórica da sociedade brasileira”. Isso se deu em vista da reparação e do fortalecimento das instituições democráticas.

Portanto, com base nessas prerrogativas, o caso da Vila 31 de Março se apresenta pertinente, considerando que

[...] os trabalhos da CNV, em relação aos resultados de pesquisas realizadas após sua instauração, evidenciam o papel da história enquanto área do conhecimento que se apresenta portadora de subsídios informativos para com retratação de ações pretéritas. Nesse sentido, não se realiza simplesmente um trabalho de cunho historiográfico, mas um movimento de perspectiva humanista³⁷. Desse modo, o direito ao “acesso à verdade” e ao cultivo da memória relaciona: ditadura militar, CNV e História enquanto reconstrução do passado. Em face do exposto, nos atentamos para alguns programas que surgiram com bases nas diretrizes da CNV. Partindo dessa premissa, eclodiram em algumas regiões do país movimentos que visam resgatar, discutir e conservar a memória acerca da ditadura, bem como refletir acerca das heranças do regime militar que insistem em confrontar espaços públicos e anseios democráticos contemporâneos. Estas questões vêm se formando por meio de ações que sugerem repensar nomes de logradouros, praças, ruas e bairros que homenageiam agentes (autor, 2017, p. 102).

A partir desse argumento, foi pensada na possibilidade de se fomentar um movimento que viesse a discutir a possibilidade de mudança tanto do nome do bairro quanto do colégio. No entanto, a partir de entrevistas, foi possível constatar que o empreendimento poderia encontrar resistência por parte dos moradores, pelo fato de que a maioria não estabelecia uma relação direta entre a história do bairro, as comemorações, o golpe e a ditadura. Quando essa relação se apresentava, de imediato os moradores empreendiam um esforço de ressignificar essa condição. Assim, alegavam que, mesmo que os eventos tivessem ligação, a comunidade não atribuía mais esse sentido. Sobre essa questão, Oliveira (2017, p. 105) conclui que:

Entendemos que tal proposta é pertinente para que a população reflita sobre um dos episódios mais importantes da história de seu país e provocam momentos positivos de instabilidade no cotidiano das pessoas em relação à sua cidade, seu bairro, escola ou sua rua. Os nomes, quando questionado tornam-se não somente uma forma de identificação da localidade, pois ganham, para além dessa simples utilidade, uma dimensão histórica que implica também na identidade dos sujeitos que se confrontam diariamente com os espaços nos quais essas homenagens memorialísticas têm lugar.

Contudo, no estudo de caso, foi possível observarmos que,

[...] pela investigação, desconfiamos do sucesso ou aprovação de projetos de lei dessa natureza no caso da vila 31 de Março, em Inhumas-GO. Destacamos entre estes fatores, as relações de poder que se estabeleceram com a fundação do bairro, e os eventos ali realizados durante muitos anos, além do tradicionalismo também presente (Oliveira, 2017, p. 105).

Portanto, trata-se de um bairro de memória carregada de afetividade, o que de fato produziria quadros de desconforto se a proposta fosse realmente aplicada. Nesse sentido, acordamos com Cerri (2011) mediante o seguinte argumento:

Muitas dessas ideias que se enraízam no senso comum podem acabar se tornando limitações ou dificuldades para a realização de projetos coletivos de pessoas, regiões e países, pois algumas delas assumem forma de preconceitos, no sentido de percepções preconcebidas, que passam a implicar rupturas com um grande sistema de significados e identificações (Cerri, 2011, p. 62).

Desse modo, ao término da pesquisa, Oliveira (2017, p. 106) concluiu que a condição predominante do bairro era de “saturação da memória dos sujeitos devido à sua conveniência na sociedade, o que dificulta o estabelecimento de reflexões mais densas acerca da ditadura militar”. Para além desse debate de eixo político-ideológico, é necessário pensarmos nas estruturas subjetivas que fazem parte da consolidação de vínculos afetivos de moradores para com os lugares, uma vez que esses estão impregnados de memórias, sendo necessário pensarmos a Vila 31 de Março como um lugar de memória (Nora, 2012) para estes moradores.

Notemos que a arquitetura dos muros acionada pela fala do morador entrevistado nos remete a uma percepção de sociabilidade distinta da atual. Ora, as diferentes modulações de memória estão sendo acionadas quando se explana sobre o passado da vila: para o morador “comum”, remeter-se ao passado significa acionar um tempo algures carregado de sentimentalidades específicas e subjetivas e estas quase sempre são rememoradas de maneira essencialista. Diante disso não é de se admirar que o próprio nome da vila seja motivo para polêmicas uma vez que se faça uma sugestão para substituição do nome. Afinal, foi na data de 31 de março que o morador estabeleceu vínculos complexos de sua vivência, seus augúrios, momentos de felicidade e tantas outras formas simbólicas de pertencimento. Ademais, Halbwachs (1990) nos lembra que, entre habitantes de lugarejos e cidades pequenas, as maneiras de lidar com a memória coletiva são distintas, pois os habitantes não param de se observar mutuamente, e a memória de seu grupo registra fielmente tudo aquilo que pode dizer respeito aos acontecimentos e gestos de cada um deles porque repercutem sobre essa pequena sociedade e contribuem para modificá-la. Dentro de tais meios, todos os indivíduos pensam e se recordam em comum. Cada um, sem dúvida, tem uma perspectiva, mas em relação à correspondência tão estreita com aqueles outros que suas lembranças se deformam, basta que ele se coloque do ponto de vista dos outros para retificá-las (Halbwachs, 1990, p.54).

Entretanto, recentemente, a questão da modificação dos nomes de prédios públicos, ora batizados em homenagem a personagens da ditadura, voltou à tona de modo a suscitar novamente o debate que transparecia ter sido superado.

Um diálogo entre as orientações da Comissão Nacional da Verdade e um caso concreto

Em agosto de 2022, um evento de repercussão nacional ocupou as manchetes dos jornais e despertou a atenção das autoridades policiais. Uma profissional da educação da cidade foi vítima de um homicídio brutal. A professora Cleide Aparecida dos Santos, de 60 anos, desempenhava suas funções como educadora na rede estadual de ensino desde 1985, acumulando 37 anos de dedicação ao ensino em Goiás, conforme comunicado oficial da Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC-GO). Como parte de sua atuação, foi secretária, professora e diretora no Colégio Estadual Presidente Castelo Branco. O autor, então com 24 anos, havia estudado no colégio até 2014. Em interrogatório conduzido pela Polícia Civil após sua captura, o acusado alegou que sua intenção era apenas "assustar" a vítima, motivado por ressentimentos oriundos de um desentendimento ocorrido quase uma década antes, quando fora reprimido como estudante.

Na ocasião do crime, Cleide Aparecida estava lotada em outra instituição educacional no mesmo município, tendo deixado o Colégio Estadual Presidente Castelo Branco, onde o agressor havia sido seu aluno. No dia subsequente à divulgação do ocorrido, tomamos conhecimento do fato. Um dos autores deste texto, como ex-aluno do referido colégio, no ano de 2014 (período em que o agressor alega ter tido um desentendimento com a vítima), tomou a iniciativa de contatar o Deputado Estadual Lucas Calil (MDB), através de mensagens, e

apresentar-lhe uma proposta de alteração do nome da instituição em homenagem à professora falecida.

Na proposta dirigida ao deputado, buscou contemplar-se um breve relato das impressões pessoais que o autor adquiriu ao testemunhar a atuação da referida servidora durante o período como aluno do colégio entre os anos de 2012 e 2015. Além disso, buscou-se fornecer a justificativa que fundamenta o Projeto de Lei nº 10706/22, proposto pelo deputado à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO), em outubro de 2022. A justificativa exposta ao deputado descrevia a situação do nome do colégio naquela conjuntura, o qual era uma homenagem a Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967), o primeiro presidente do regime militar instaurado pelo golpe de 1964. No cerne da proposição, questionava-se a possibilidade de alteração do nome do Colégio Estadual Presidente Castelo Branco para "Colégio Estadual Profa. Cleide Aparecida dos Santos", tendo em vista a relevância dos serviços prestados pela mencionada professora e em contraste com a manutenção da homenagem a um dos precursores da ditadura civil-militar brasileira (Goiás, 2023, p. 22).

Na ocasião, obteve-se prontamente uma resposta pessoal do deputado, que naquele mesmo dia solicitou a um de seus assessores que entrasse em contato com o autor, a fim de esclarecer alguns pontos necessários para a conclusão do envio da proposta. O deputado, membro do MDB, que naquele momento também almejava a reeleição e estava em plena campanha, requisitou a um de seus colaboradores mais próximos na cidade que visitasse o colégio no dia subsequente ao envio da solicitação, com o propósito de comunicar à equipe diretiva da instituição sobre a possível discussão acerca da mudança do nome. Graças à condição de ex-aluno da mencionada instituição, e como de estudante de licenciatura em História, manteve-se proximidade e contato com a atual diretora, a professora Fernanda Gomes Figueira, que prontamente me informou sobre a notificação recebida acerca da propositura.

No que concerne ao colégio em questão, ressaltamos que não houve uma consulta pública para questionar a comunidade sobre a mudança antes do surgimento da proposição, tampouco um movimento que demandasse uma alteração específica para o nome da professora. Entretanto, é digno de nota que, durante as aulas de História que o autor frequentou na referida instituição, era consensual na sala de aula o descontentamento ao sermos confrontados com as questões pertinentes à ditadura civil-militar, de modo que, inevitavelmente, levantávamos questionamentos acerca da relação do nome com o personagem histórico, bem como sobre a sustentação da homenagem pela instituição.

Conseqüentemente, em nossa trajetória como estudante universitário de História, em diversas ocasiões eram comuns as admoestações por parte dos docentes a respeito de se refletir sobre o caso da Vila 31 de Março e do colégio que mantinha o nome do ex-presidente, gerando questionamentos sobre a continuidade da denominação, mesmo diante da notoriedade dos atos do homenageado durante a ditadura.

O ceticismo de alguns legisladores

Nas correspondências mantidas com o deputado Calil, instaurou-se a solicitação para que, inicialmente, o desejo de elaborar a legislação não fosse divulgado, em virtude da potencial exacerbada retórica que poderia incitar os colegas parlamentares favoráveis à preservação da nomenclatura em reverência aos protagonistas do período ditatorial. É necessário lembrar que se tratava de um período marcado pelas eleições de 2022, durante o qual o discurso em torno da intervenção militar adquiria considerável relevo. No interior do estado de Goiás, onde se evidenciam tendências políticas aderentes ao conservadorismo e ao militarismo, poder-se-ia conjecturar a emergência de oposições à mudança, podendo assim obstruir o progresso da proposição.

Contudo, o projeto prosseguiu e alcançou a fase preliminar de votação na Alego, momento em que emergiram, segundo relato do deputado Virmondes Cruvinel (União Brasil), em 21 de novembro de 2022, "preocupação e ceticismo por parte de alguns pares". Todavia, o referido relatório ressalta que, mediante "moderação e eloquência" (Goiás, 2023, p. 21), seria possível evidenciar que a aprovação da lei não implicaria prejuízos. Destarte, foram apresentadas as ressalvas preconizadas pelo ordenamento jurídico brasileiro em situações de homenagem, dentre as quais destaca-se a proibição de homenagear indivíduos vivos - condição que foi devidamente atestada por meio da apresentação do certificado de óbito - e a assertiva de que não seria a primeira vez que uma instituição de ensino seria renomeada em tributo a alguém, ilustrando-se tal assertiva com a menção à Lei Ordinária nº 18.257, datada de 6 de dezembro de 2013, que conferiu ao Colégio Estadual Aurora Attiê, antes conhecido como Colégio Estadual Castelo Branco, em Cristalina-GO, tal honra póstuma (Idem).

No decurso das deliberações legislativas, o projeto foi submetido à votação preliminar, bem como à análise da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, sendo posteriormente encaminhado para arquivamento, onde permaneceu de fevereiro a março de 2023. No desenrolar dos trâmites legislativos, o deputado Amauri Ribeiro (União Brasil), figura associada à corrente política de direita e notório por suas inclinações favoráveis aos interesses militares, levantou a questão sobre os possíveis impactos da mudança do nome do colégio na comunidade. A ponderação, embora enraizada em uma preocupação com a tradição estabelecida ao longo dos anos, ressalta uma abordagem que merece ser problematizada, especialmente à luz da necessidade de reconhecer e corrigir homenagens a figuras ligadas a períodos controversos da história nacional. O parlamentar afirmou que, para a continuidade do processo, seria imprescindível investigar de que maneira a alteração do nome repercutiria na comunidade, considerando que o colégio já ostentava este nome há décadas e era de amplo conhecimento público. Então, relata:

[...] é inquestionável a necessidade de averiguar a prosperidade desta alteração. Neste aspecto, faz necessário um estudo acentuado para ouvir o interesse do município e da população quanto a esta modificação para que se atenda a sociedade de uma maneira mais democrática, porquanto, a denominação da instituição de ensino tem décadas, já sendo de conhecimento local. (Goiás, 2023, p. 30-31).

Considerando as ponderações apresentadas, o deputado do partido União Brasil propôs diligências à Secretaria Municipal de Educação de Inhumas, mesmo esta não sendo uma parte diretamente envolvida no processo, dado seu âmbito municipal, enquanto o estabelecimento educacional em questão estiver sob jurisdição estadual. Além disso, buscou-se o parecer da Seduc-GO para emitir uma posição. Em resposta, a Coordenação Regional de Educação de Inhumas apresentou um parecer favorável, em nome da Seduc-GO, assinado pela Coordenadora Regional Thais Aparecida de Jesus Monturil, em junho de 2023. Após o parecer favorável emitido pela Coordenação Regional, o deputado solicitou que, em contraste com a proposta original, fosse mantido apenas o nome e sobrenome da homenageada, com o intuito de aprimorar a redação, resultando na denominação "Colégio Estadual Professora Cleide Aparecida". No entanto, na versão final encaminhada para a sanção ou veto do Governador Ronaldo Caiado (União Brasil), permaneceu a redação inicial da proposta.

Ao cabo, em 10 de novembro de 2023, o Governador em exercício do Estado de Goiás, Daniel Vilela (MDB), promulgou a Lei nº 22.379, datada de 8 de novembro de 2023, mediante a qual se instituiu a denominação "Colégio Estadual Professora Cleide Aparecida dos Santos" em substituição ao antigo título de "Colégio Estadual Presidente Castelo Branco" da cidade de Inhumas-GO (Goiás, 2023). No entanto, mesmo diante de diversas questões que foram superadas ao longo do processo, quatro meses após a publicação da lei, cuja validade é atribuída ao momento da sua promulgação, e com o início de um novo ano letivo no colégio, ainda

observamos o antigo nome sendo mantido no *site* da Seduc-GO, os muros da instituição ainda ostentavam a homenagem ao ex-presidente, os documentos emitidos pelo colégio permaneciam sem ajustes conforme a nova legislação, e as redes sociais da escola não foram atualizadas. Essa constatação nos remete à reflexão de que o processo burocrático para a mudança de nome, que envolveu a mobilização dos parlamentares e passou pela aprovação do próprio Governador do Estado, foi aparentemente mais simples do que o desafio de superar a memória e o apego ao antigo nome por parte da comunidade.

Na condição de conhecedores pela experiência e empiria da realidade política de Inhumas, acordamos que a influência política direta na escola é um dos fatores que vem inibindo a adesão da direção mediante a mudança de nome do colégio. Esse fato corrobora a acepção de que a agenda conservadora ainda é atuante no estado e no município. A força da tradição da ditadura permeia tanto as ruas quanto as instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre a correlação entre toponímia e personagens/eventos controversos traz, em seu bojo, a questão do patrimônio como prerrogativa de escopo político. Embora não tenha sido nossa intenção trabalhar esta categoria neste texto e sim nos deter acerca de narrativas dos moradores locais, é necessário lembrarmos que a dinâmica patrimonial ainda é poderosamente acionada pelo poder público durante os eventos ritualísticos referentes ao “aniversário da vila” que, conforme aqui mostramos, também celebra direta/indiretamente a instalação do golpe de 1964. Nesse âmbito, é importante nos lembrar que datas comemorativas, prédios e logradouros públicos suscitam narrativas históricas condicionadas por grupos dominantes e se constituem como espécie de liturgias “autoconsagradoras do poder” (Canclini, 2006).

Eventos ritualísticos como esses acabam sendo incorporados localmente, ganhando o peso de tradições inventadas, mas que acabam por condensar nos locais sentidos simbólicos de pertencimento. Isso porque tal dinâmica se consolida, mesmo que as expectativas político-ideológicas podem ser experienciadas de maneira menos densa, uma vez que, ao se viver e conviver no referido lugar, a memória acaba sendo impregnada de significados amplamente subjetivos no que se refere ao local, sua arquitetura, suas ruas, suas eventuais características arquitetônicas, mesmo as problemáticas. É com esta percepção mais aproximada da dialogia do sujeito com o lugar onde ele vive, que se estabeleceram seus vínculos e saberes, criou filhos, conviveu com amigos, entes queridos, conheceu e se despediu de muitos. Assim, podemos visualizar os modos de encarar uma vila que, a despeito de sua homenagem a um evento como uma ditadura, ainda é representativo de outras memórias e, portanto, outras narrativas muito mais particulares que os discursos hegemônicos acerca dos significados do lugar.

REFERÊNCIAS

ARISTIDES, Marcus Vinicius Borges. **Uma cidade sem passado e a pesquisa arquivística enquanto anjo da memória**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2021.

AUTOR. **O silenciamento de elementos do passado na estrutura da consciência histórica - o caso da Vila 31 de Março em Inhumas-GO e seus eventos “ritualísticos”**. 2017. 107 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. **Itauçu: sonhos, utopias e frustrações no movimento camponês**. 2005. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: Comissão Nacional da Verdade**. Brasília, DF: CNV, 2014. v. 1.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e consciência histórica**: implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011. (Série FGV de Bolso).

CERRI, Luiz Fernando. Usos públicos da história: demandas sociais e políticas de Estado. **Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades**, Araucária, v. 8, n.15, p. 3-19, 15 abr. 2006.

GOIÁS (Estado). **Lei Ordinária nº 22.379, de 8 de novembro de 2023**. Dá denominação ao próprio público que especifica. Goiânia: Diário Oficial do Estado, 10 nov. 2023. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/108031/lei-22379 Acesso em: 21 fev. 2024.

GOIÁS. **Projeto de Lei nº 2022010706, de 13 de setembro de 2022**. Dá denominação ao próprio público que especifica. Goiânia: Assembleia Legislativa de Goiás, 2022. Disponível em: <https://opine.al.go.leg.br/proposicoes/2022010706>. Acesso em: 21 fev. 2024.

GOMES, Caio César Santos. História, Memória e Silêncio no filme “Uma cidade sem passado”. **Revista Mnemocine**, 27 fev. 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, out. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 27 fev. 2024.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1961-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**: tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XIX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 207-241. (v. 4).

REIS, Daniel Aarão. A ditadura civil-militar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 de março de 2012. Disponível em: <https://www.oabrij.org.br/artigo/ditadura-civil-militar-daniel-aarao-reis>. Acesso em: 27 fev. 2024.